





TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARA
Rua João Diogo 288 - Bairro Campina - CEP 66015-902 - Belém - PA

TERMO DE REFERÊNCIA
Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021
AQUISIÇÃO (exceto TIC)

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (definição do objeto)

1.1. Registro de Preços para eventual e futura aquisição de materiais permanentes diversos: escada, bebedouro, armário roupeiro, poltronas giratórias, sofás duplos e individuais, entre outros, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	Especificação	CATMAT	U. M.	Qt.	Valor Unitário	Valor Total
1	<p>ESCADA DOBRÁVEL</p> <p>ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS:</p> <ul style="list-style-type: none">• Com 08 (oito) degraus;• Fabricada em em tubos e chapas de alumínio;• Plataforma superior em polipropileno de alta resistência ou alumínio;• Capacidade para suportar carga de 120 (cento e vinte) quilos;• Alça de apoio alta na parte superior;• Travamento de segurança automático na plataforma superior em aço resistente e fitas de nylon resistente;• Sapatas de borracha;• Degraus e pés antiderrapantes;• Degraus com largura de 12 cm, sendo o degrau superior duplo;• Distância entre os degraus de 19 a 25 cm;• Distância entre o piso e o primeiro degrau de 19 a 25 cm• Fabricada de acordo com a portaria Inmetro nº 219/2021 <p>GARANTIA: 12 (doze) meses, a contar da data do recebimento definitivo.</p> <p>MARCA DE REFERÊNCIA: MOR ou equivalente, ou similar ou de melhor qualidade (TCU, Acórdão 113/2016 - Plenário)</p> <p>IMAGEM ILUSTRATIVA:</p> 	632109	UNID.	40	R\$ 423,03	R\$ 16.921,20

2	<p>BEBEDOURO</p> <p>ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Bebedouro tipo coluna para suporte a recipiente de 20 litros, com pingadeira removível; • Dimensões, mínimas, aproximadas de 940 mm x 310 mm x 335 mm (AxLxP); • Gabinete em plástico injetado e chapa eletrozincada pintada, totalmente desmontável; • Aparador de água removível para limpeza; • Reservatórios, dutos e torneiras confeccionadas em materiais 100% atóxicos; • Sistema que corta automaticamente a tampa do garrafão; • Gás R 134A: inofensivo à camada de ozônio; • 02(duas) torneiras, uma para água natural e outra para água gelada; • Termostato regulável para controle de temperatura; • Sistema de refrigeração de moto-compressor silencioso; • Alimentação em 110 V ou bivolt(110/220V), com selo de qualidade e garantida pelo INMETRO; • Potência mínima: 97W • Cor do gabinete: preto/ inox ou branco; • Manuais de instrução e instalação em português; • Garantia mínima: 12 (doze) meses. <p>GARANTIA: 12 (doze) meses, a contar da data do recebimento definitivo.</p> <p>MARCA DE REFERÊNCIA: ESMALTEC ou equivalente, ou similar ou de melhor qualidade (TCU, Acórdão 113/2016 - Plenário)</p> <p>IMAGEM ILUSTRATIVA:</p> 	300995	UNID.	40	R\$ 769,19	R\$ 30.767,60
---	--	--------	-------	----	------------	---------------

3	<p>ARMÁRIO AÇO TIPO ROUPEIRO</p> <p>ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS:</p> <p>Locker para vestiário em aço (roupeiro de aço), com 04 (quatro) portas e 02 (dois) corpos, com 1 prateleira interna;</p> <p>Com pés reguláveis ou base elevada do piso;</p> <p>Estrutura em chapas de aço de 24 e 26 (0,60mm e 0,45mm), roupeiro fabricado em chapa galvanizada – NBR 7008 (resistência a corrosão);</p> <p>Pintura: Epóxi pó, antimicrobiana e bactericida (nanotecnologia), em duas cores: cinza na estrutura e vinho nas portas;</p> <p>Sistema de ventilação nas portas: venezianas ou ventilação redonda vertical;</p> <p>Dobras enroladas, livre de arestas cortantes (<i>hands cut free</i>);</p> <p>Dobradiças internas à estrutura do armário, não permitindo que seja retirado o pino de articulação;</p> <p>Sistema de fechamento com fechadura tipo Yale com fornecimento de 2 (duas) chaves por porta;</p> <p>Medidas do produto montado: 1820A x 600L x 450P (mm);</p> <p>O roupeiro deverá ser entregue montado dentro das dependências do TRE-PA.</p> <p>GARANTIA: de 05 (cinco) anos, a contar da data do recebimento definitivo, contra defeitos de fabricação, incluindo eventuais avarias durante o transporte até o local de entrega, montagem e/ou instalação, mesmo após sua aceitação pela unidade gestora da presente aquisição.</p> <p>Laudos e Certificados</p> <p>A licitante convocada deverá entregar juntamente com a(s) proposta(s), os Relatórios de Ensaio de Laboratório (LAUDO) acreditado(s) pelo INMETRO, se for o caso, com base nas seguintes normas:</p> <p>Para os itens acima relacionados, cuja atividade de fabricação ou industrialização é enquadrada no Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 06, de 15/03/2013, só será admitida a oferta de produto cujo fabricante esteja regularmente registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, instituído pelo artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981;</p> <p>a) NBR 7008/2012 ou versões posteriores: Chapas e bobinas de aço revestidas com zinco ou com liga zinco-ferro pelo processo contínuo de imersão a quente</p> <p>MARCA DE REFERÊNCIA: NILKO ou equivalente, ou similar ou de melhor qualidade (TCU, Acórdão 113/2016 - Plenário).</p> <p>IMAGEM ILUSTRATIVA:</p> 	607230	UNID.	10	R\$ 1.384,47	R\$ 13.844,70
	<p>POLTRONA GIRATÓRIA</p> <p>ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS:</p> <p>Assento</p> <p>Interno em resina de engenharia termoplástica injetada com alta resistência mecânica conformado anatomicamente. Espuma injetada em poliuretano flexível isenta de CFC, alta resiliência, alta resistência à propagação de rasgo, alta tensão de alongamento e ruptura, baixa fadiga dinâmica e baixa deformação permanente com densidade de 45 a 55 kg/m3 e moldada anatomicamente com espessura média de 35 mm. Revestido em poliéster crepe, tecido lã ou vinil microperfurado aerotativo na cor preto. Profundidade de 450 mm e largura de 500 mm. Botão posicionado na lateral do assento para regulagem de profundidade útil do assento, com cinco posições de bloqueio, para garantir ao usuário melhor aproveitamento de toda a extensão da superfície do assento atendendo aos diversos biotipos.</p> <p>Encosto</p> <p>Estrutura do encosto em resina de engenharia termoplástica injetada de alta resistência mecânica. Estrutura provida de superfície de revestimento tipo tela composição: 100% Poliéster de alta resistência na cor preto, sem utilização de espuma e similares, oferecendo excelente conforto ao que se refere à transpiração, diminuindo a sensação de aumento de temperatura corporal. Altura de 560 mm e largura de 465 mm. Suporte do encosto injetado em resina de engenharia termoplástica de alta resistência mecânica, montado em chapa de aço com espessura 4,75 mm, largura 55 mm e acabamento em zinco preto que previne a oxidação dos componentes metálicos.</p>					

4	<p>Apoio lombar injetado em resina de engenharia termoplástica de alta resistência mecânica, com regulagem de altura do tipo cremalheira com curso de 60 milímetros.</p> <p>Apoia Braço</p> <p>Apoia-braço com parte superior injetada em poliuretano integral skin e estrutura injetada em resina de engenharia termoplástica, dotado de sistema de regulagem de altura realizadas através de botão tipo gatilho, regulagem de abertura, profundidade e ângulo. Possui 85 mm de largura, 240 mm de comprimento e 25 mm de espessura</p> <p>Mecanismo</p> <p>Mecanismo com corpo injetado em liga de alumínio sob pressão e placa de fixação do mecanismo ao assento fabricada em resina de engenharia com nervuras e ressalto que garantem a resistência deste componente, com espessura de 6 mm. O mecanismo deverá possuir comandos para permitir que as regulagens sejam acessadas sem a necessidade de o usuário levantar-se da poltrona; deverá possuir alavancas sob o assento, para regulagem de altura, e para desbloquear o movimento de inclinação sincronizado entre encosto e assento deslocando na proporção 2:1 respectivamente, este movimento deverá permitir que o apoio lombar da poltrona mantenha contato com a região lombar do usuário no movimento de reclinção. A regulagem de inclinação do encosto deve proporcionar 4 pontos de parada. Possuir sistema de livre flutuação sendo a regulagem da tensão do movimento de reclinção realizada através de um manípulo localizado sob o assento possibilitando adequar o movimento relax ao biótipo do usuário e sistema anti-impacto para impedir o choque do encosto com o usuário ao desbloquear o mesmo.</p> <p>Acabamento em pintura eletrostática realizado por processo totalmente automatizado em tinta pó, revestindo totalmente a estrutura com película de aproximadamente 60 microns com propriedades de resistência a agentes químicos, com pré-tratamento antiferruginoso (desengraxe e processo de nanotecnologia, para garantir grande resistência mecânica e excelente acabamento). O sistema de acoplamento da coluna central deverá ser feito através de cone morse, facilitando a montagem e casos eventuais de manutenção.</p> <p>Coluna de regulagem de altura</p> <p>Coluna de regulagem de altura por acionamento a gás com aproximadamente 90 mm de curso, fabricada em tubo de aço de 50 mm e 1,50 mm de espessura. Acabamento em pintura eletrostática com tinta pó, revestindo totalmente a estrutura com película de aproximadamente 60 microns, que garantem grande resistência mecânica e excelente acabamento). A bucha guia para o pistão deverá ser injetada em resina de engenharia poliacetal de alta resistência ao desgaste e calibrada individualmente em dois passes com precisão de 0,03 mm. Com comprimento de 70 mm para proporcionar a guia adequada para o perfeito funcionamento do conjunto, evitando folgas e garantindo a durabilidade. Pistões a gás para regulagem de altura em conformidade com a norma DIN EN 16955 classe 4, fixados ao tubo central através de porca rápida. O movimento de rotação da coluna sobre rolamento de esferas tratadas termicamente garantindo alta resistência ao desgaste e mínimo atrito suavizando o movimento de rotação. Sistema preciso de acoplamento ao mecanismo a base por meio de cone morse, facilitando a montagem e casos eventuais de manutenção.</p> <p>Base em material termoplástico</p> <p>Base com 5 patas, fabricada por processo de injeção em resina de engenharia, poliamida (nylon 6), com aditivo anti-ultravioleta, modificador de impacto e fibra de vidro com características de excepcional tenacidade, resistência mecânica, resistência à abrasão dos calçados e produtos químicos. Com 5 (cinco) hastes e alojamento para engate do rodízio no diâmetro de 11 mm dispensando o uso de buchas de fixação. Com sistema de acoplamento a coluna central através de cone morse, permitindo facilidade na montagem em casos eventuais de manutenção.</p> <p>Rodízios</p> <p>Rodízio tipo W, duplo, com rodas de 65 mm de diâmetro, eixo vertical em aço trefilado com diâmetro de 11 mm, dotado de anel elástico em aço para possibilitar acoplamento fácil e seguro à base. Cada roda deverá possuir rolamento de roletes (duplo rolamento), substituindo o tradicional eixo horizontal, para impedir o acúmulo de sujeiras que podem apresentar travamento das rodas. Possuir furo central de 31 mm propiciando leveza ao design do produto. Deverá possuir banda de rodagem mórbida em poliuretano, para poder ser utilizado em qualquer tipo de piso.</p> <p>Garantia</p> <p>Garantia de 05 (cinco) anos, a contar da data do recebimento definitivo.</p> <p>Laudos e Certificados</p> <p>Certificado de Conformidade de Produto com a norma ABNT NBR 13962:2018, emitido por OCP (Organismo Certificador de Produto) acreditado pelo Inmetro;</p> <p>Laudos de conformidade NBR 8537 – Determinação da densidade da espuma;</p> <p>Laudos de conformidade NBR 8797 – Determinação da deformação à compressão;</p> <p>Laudos de ergonomia em conformidade com a NR 17 do MTE - Ministério do Trabalho e Emprego, emitido por engenheiro de segurança do trabalho ou profissional com especialização em ergonomia devidamente habilitado para tal finalidade, podendo ser apresentados, em caráter complementar, outros laudos (nacionais ou internacionais) que comprovem o desempenho ergonômico da cadeia;;</p> <p>Comprovante de Registro do fabricante do material ofertado no Cadastro Técnico Federal (CTF) de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, acompanhado do respectivo Certificado de Regularidade válido, nos termos do artigo 17, inciso II, da Lei n.º 6.938/1981 e das Instruções Normativas IBAMA n.º 31 de 03/12/2009 e no 06 de 15/03/2013;</p> <p>Comprovação da certificação florestal válida do fabricante do material acabado (referência: FSC, Cerflor).</p> <p>MARCA DE REFERÊNCIA: TOKPLAST ou equivalente, ou similar ou de melhor qualidade (TCU, Acórdão 113/2016 - Plenário).</p> <p>IMAGEM ILUSTRATIVA:</p>	603265	UNID.	400	R\$ 1.401,34	R\$ 560.536,00
---	--	--------	-------	-----	--------------	----------------



SOFÁ DUPLO - MODELO LE CORBUSIER

ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS:

- Sofá com estrutura em aço inox com braços 02 lugares;
- Estrutura braço: confeccionada em tubo de aço inox polido com 15x15 x 1,50mm de espessura cortados em 45° e soldados com solda inox, que permite um fechamento total sem respingos e bolhas com perfeito acabamento (polimento) opcionalmente curvado com ângulo de 90°. Toda estrutura com sistema de fixação através de parafusos métricos com revestimento cromado, sapatas articuláveis em nylon fixadas na base evitando o atrito diretamente ao piso;
- Estofados: Almofadas do assento em espuma laminada D45, com revestimento em forma de almofadas soltas sem qualquer tipo de fixação, presas através de encaixe na estrutura do assento em chassi confeccionado em madeira MDP com 18 mm de espessura. Almofadas do encosto em espuma laminada D28, com revestimento em forma de “bolsa” e zíper na parte inferior, sem qualquer tipo de fixação almofadas soltas, presas através de encaixe na estrutura do assento em chassi confeccionado em madeira MDP com 9 mm de espessura.;
- Apoia braço em almofadas em espuma laminada D28, com revestimento em forma de almofadas soltas sem qualquer tipo de fixação, presas através de encaixe na estrutura metálica em chassi confeccionado em madeira MDP com 9 mm de espessura, nas bordas costuras duplas para fechamento e acabamento.
- Medidas mínimas: Altura de 740mm, com profundidade de assento de 460mm, largura entre braços de 500mm altura do assento de 440mm, altura do encosto de 300mm, medida final de 1200mm aproximadamente.
- Revestimento: couro sintético ou vinil (resina de policloreto de vinila com suporte têxtil de poliéster e algodão).

5 **GARANTIA: 12 (doze) meses**, a contar da data do recebimento definitivo.

MARCA DE REFERÊNCIA: RICCA MOBILI ou equivalente, ou similar ou de melhor qualidade (TCU, Acórdão 113/2016 - Plenário)

IMAGEM ILUSTRATIVA:




373607


UNID. 10


R\$ 4.408,91

R\$ 44.089,10

6	<p>SOFÁ INDIVIDUAL - MODELO LE CORBUSIER</p> <p>ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS:</p> <ul style="list-style-type: none"> Sofá com estrutura em aço inox com braços 01 lugar; Estrutura braço: confeccionada em tubo de aço inox polido com 15x15 x 1,50mm de espessura cortados em 45° e soldados com solda inox, que permite um fechamento total sem respingos e bolhas com perfeito acabamento (polimento) opcionalmente curvado com ângulo de 90°. Toda estrutura com sistema de fixação através de parafusos métricos com revestimento cromado, sapatas articuláveis em nylon fixadas na base evitando o atrito diretamente ao piso; Estofados: Almofadas do assento em espuma laminada D45, com revestimento em forma de almofadas soltas sem qualquer tipo de fixação, presas através de encaixe na estrutura do assento em chassi confeccionado em madeira MDP com 18 mm de espessura. Almofadas do encosto em espuma laminada D28, com revestimento em forma de “bolsa” e zíper na parte inferior, sem qualquer tipo de fixação almofadas soltas, presas através de encaixe na estrutura do assento em chassi confeccionado em madeira MDP com 9 mm de espessura; Apoia braço em almofadas em espuma laminada D28, com revestimento em forma de almofadas soltas sem qualquer tipo de fixação, presas através de encaixe na estrutura metálica em chassi confeccionado em madeira MDP com 9 mm de espessura, nas bordas costuras duplas para fechamento e acabamento. Medidas mínimas: Altura de 810mm, com profundidade de assento de 460mm, largura entre braços de 600mm altura do assento de 460mm, altura do encosto de 340mm, medida final de largura 830mm aproximadamente; Revestimento: couro sintético ou vinil (resina de policloreto de vinila com suporte têxtil de poliéster e algodão). <p>GARANTIA: 12 (doze) meses, a contar da data do recebimento definitivo.</p> <p>MARCA DE REFERÊNCIA: RICCA MOBILI ou equivalente, ou similar ou de melhor qualidade (TCU, Acórdão 113/2016 - Plenário)</p> <p>IMAGEM ILUSTRATIVA:</p> 	602465	UNID.	20	R\$ 2.950,34	R\$ 59.006,80
7	<p>TELEVISOR 50"</p> <p>ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS:</p> <ul style="list-style-type: none"> Característica: SMART TV; Tecnologia: LED; Tamanho da Tela: mínimo 50"; Resolução: 4K (mínimo 3840x2160); Processador: α9, α8, α7 Gen8/Crystal 4K/Vision AI/NQ4 AI Gen2/Gen5/Outro compatível que as especificações exigidas; Idioma do menu: Português; Conversor Digital Integrado; 03 (três) entradas HDMI (mínimo); 01 (uma) porta USB (mínimo); Conectividade WI-FI e Bluetooth; WI-FI Integrado; Voltagem: bivolt (110/220 volts); 01 (um) conector RJ-45; Padrão de fixação VESA; Selo PROCEL de Economia de Energia, classificação A, em conformidade com as Portarias INMETRO nº 85, de 24/03/2009 e nº 563, de 23/12/2014.; Acessórios: Manual de Instruções e Instalação em português; Controle Remoto; Pilhas/baterias; Pedestal; Parafusos; Cabo de Força e Cabo HDMI (este último se for o caso).; Garantia mínima: 12 (doze) meses. <p>GARANTIA: 12 (doze) meses, a contar da data do recebimento definitivo.</p> <p>MARCA DE REFERÊNCIA: SAMSUNG/LG ou equivalente, ou similar ou de melhor qualidade (TCU, Acórdão 113/2016 - Plenário)</p>	480490	UNID.	30 (ampla disputa)	R\$ 2.030,85	R\$ 60.925,50

8	<p>TELEVISOR 50"</p> <p>ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Característica: SMART TV; • Tecnologia: LED; • Tamanho da Tela: mínimo 50"; • Resolução: 4K (mínimo 3840x2160); • Processador: α9, a8, a7 Gen8/Crystal 4K/Vision AI/NQ4 AI Gen2/Gen5/Outro compatível que as especificações exigidas; • Idioma do menu: Português; • Conversor Digital Integrado; • 03 (três) entradas HDMI (mínimo); • 01 (uma) porta USB (mínimo); • Conectividade WI-FI e Bluetooth; • WI-FI Integrado; • Voltagem: bivolt (110/220 volts); • 01 (um) conector RJ-45; • Padrão de fixação VESA; • Selo PROCEL de Economia de Energia, classificação A, em conformidade com as Portarias INMETRO n° 85, de 24/03/2009 e n° 563, de 23/12/2014.; • Acessórios: Manual de Instruções e Instalação em português; Controle Remoto; Pilhas/baterias; • Pedestal; Parafusos; Cabo de Força e Cabo HDMI (este último se for o caso).; • Garantia mínima: 12 (doze) meses. <p>GARANTIA: 12 (doze) meses, a contar da data do recebimento definitivo.</p> <p>MARCA DE REFERÊNCIA: SAMSUNG/LG ou equivalente, ou similar ou de melhor qualidade (TCU, Acórdão 113/2016 - Plenário)</p>	480490	UNID.	10 (cota 25%)	R\$ 2.030,85	R\$ 20.308,50
9	<p>TELEVISOR 65"</p> <p>ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Característica: SMART TV; • Tecnologia: OLED ou QLED; • Tamanho da Tela: mínimo 65"; • Resolução: 4K (mínimo 3840x2160); • Processador: α9, a8, a7 Gen8/Crystal 4K/Vision AI/NQ4 AI Gen2/Outro compatível que as especificações exigidas; • Idioma do menu: Português; • Conversor Digital Integrado; • 04 (quatro) entradas HDMI (mínimo); • 02 (duas) portas USB (mínimo); • Conectividade WI-FI e Bluetooth; • WI-FI Integrado; • Voltagem: bivolt (110/220 volts); • 01 (um) conector RJ-45; • Padrão de fixação VESA; • Selo PROCEL de Economia de Energia, classificação A; • Acessórios: Manual de Instruções e Instalação em português; Controle Remoto; • Pilhas/baterias; • Pedestal; Parafusos; Cabo de Força e Cabo HDMI (este último se for o caso).; • Garantia mínima: 12 (doze) meses. <p>GARANTIA: 12 (doze) meses, a contar da data do recebimento definitivo.</p> <p>MARCA DE REFERÊNCIA: SAMSUNG/LG ou equivalente, ou similar ou de melhor qualidade (TCU, Acórdão 113/2016 - Plenário)</p>	601704	UNID.	10	R\$ 6.395,55	R\$ 63.955,50

10	<p>ANTENA DE TV</p> <p>ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Tipo: Interna; • Compacta; • Cabo Coaxial: de 05 metros com variação permitida de (+ ou -) 10% (dez por cento) no comprimento; • Canais: VHF/UHF/FM/HDTV; • Amplificada; • Ganho mínimo: 18 db; • Impedância: 75 Ohms; • Alimentação: bivolt. • Garantia mínima: 12 (doze) meses. <p>GARANTIA: 12 (doze) meses, a contar da data do recebimento definitivo.</p> <p>MARCA DE REFERÊNCIA: AQUÁRIO ou equivalente, ou similar ou de melhor qualidade (TCU, Acórdão 113/2016 - Plenário)</p>	415108	UNID.	40	R\$ 145,68	R\$ 5.827,20
11	<p>BALANÇA PLATAFORMA</p> <p>ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Confeccionada em Aço Carbono ou em Aço Inoxidável ; • Superfície de pesagem plataforma, medindo no mínimo 40x40cm e máximo 80x80cm, com pintura industrial; • Tipo de Piso, com pés emborrachados reguláveis/ niveladores; • Capacidade de pesagem de até 300Kg; • Sensibilidade (Precisão) mínima de pesagem até 100g; • Visor indicador digital: com, no mínimo, 6(seis) dígitos; • Comunicação com microcomputadores e impressoras térmicas; • Possibilidade de Conexões e/ou: Ethernet, Bluetooth, WiFi, Wlan • Coluna para sustentação do Visor, com altura entre 80 a 150 cm; • Alimentação Elétrica: Bivolt; • Homologada pelo INMETRO com selo e lacre; <p>GARANTIA: 01 (um) ano, a contar da data do recebimento definitivo.</p> <p>MARCA DE REFERÊNCIA: TOLEDO, MICHELETTI ou equivalente, ou similar ou de melhor qualidade (TCU, Acórdão 113/2016 - Plenário).</p> <p>Imagem Ilustrativa:</p> 	317176	UNID.	10	R\$ 3.034,84	R\$ 30.348,40

12	<p>FORNO MICRO-ONDAS</p> <p>ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Capacidade mínima: 30 litros; • Cor do gabinete: branco ou preto; Display digital; • Ajuste de tempo e potência; Relógio; • Função de descongelamento por tempo; • Função autoaquecimento; • Trava eletrônica de segurança que impeça o funcionamento do micro-ondas quando aberto; • Prato giratório; • Mínimo de 10 níveis de potência; • Teclas pré-programadas para aquecimento de refeições; • Tecla +30 segundos (tempo mínimo); • Potência útil: 800 W; • Selo PROCEL de Economia de Energia, classificação A, em conformidade com a Portaria INMETRO nº 497/11 alterada pela Portaria INMETRO nº 600/12; • Tensão: 110 volts; • Manuais de instrução e instalação em português; <p>GARANTIA: 12 (doze) meses, a contar da data do recebimento definitivo.</p> <p>MARCA DE REFERÊNCIA: ELECTROLUX/MIDEA ou equivalente, ou similar ou de melhor qualidade (TCU, Acórdão 113/2016 - Plenário)</p> <p>IMAGEM ILUSTRATIVA:</p> 	433237	UNID.	30	R\$ 791,28	R\$ 23.738,40
----	---	--------	-------	----	------------	---------------

13	<p>PROJETOR TIPO DATA-SHOW</p> <p>ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Tecnologia: 3LCD • Luminosidade: Brilho colorido e branco de no mínimo 3.600 Lumens para ambientes iluminados; • Taxa de Contraste: 16.000:1 • Resolução: mínima XGA (1024 x 768); • Aspecto: imagem padrão de 4:3; • Resolução suportada: 640 x 480 (VGA), 800 x 600 (SVGA), 1280 x 800 (WXGA), 1280 x 960 (SXGA2), 1280 x 1024 (SXGA3), 1366 x 768 (WXGA60-3), 1400 x 1050 (SXGA+), 1440 x 900 (WXGA+), 1680 x 900 (WXGA++), 1600 x 1200 (UXGA60); • Método de projeção: teto/mesa, frontal/traseiro; • Lentes: Manual, F-N: 1.5 – 1.7 (mínimo); • Foco: - 16 – 20 mm (mínimo); • Zoom: - 1.0 – 1.2 Ótico; • Lâmpada: - Lâmpada com o mínimo de 210 (duzentos e dez) Watts, possuir mecanismo de resfriamento para a proteção da lâmpada, permitindo que o projetor possa ser desligado imediatamente sem a necessidade de espera para ventilação; • Projeção: - Mínima ajustável de 30 (trinta) até 300 (trezentas) polegadas na diagonal; - Distância de projeção: 0,8m a 6 metros; - Correção Keystone horizontal e vertical, ou automática (mínimo +- 30º); - Reprodução de Cor - mínima 30 bits, 1,07 bilhão de cores; • Compatibilidade de vídeo: NTSC / NTSC4.43 / PAL / M-PAL / N-PAL / PAL60 / SECAM; • Painel de Controle: Deverá possuir painel de controle com ajustes na tela através de painel no corpo do projetor; • Controle remoto: Com funções mínimas: power, ajustes, congelar, zoom digital, pg up/down; • Interfaces/Áudio/Rede: Conexão com computadores (PC e Mac); Auto-falante mínimo 2W; - Entradas (mínimo): 1 interface VGA, 1 interface RGB, 1 interface de Composite Video RCA, 1 interface S-Video; 1 interface Microfone, 1 interface HDMI, 1 interface RS-232c; - Conexão USB; - Saídas VGA - Retorno para Monitor (não serão aceitos adaptadores), saída de áudio; - Rede: 1 interface RJ45, entrada USB tipo A e tipo B, RJ45 e, preferencialmente, conexão Wi-Fi; • Alimentação Elétrica: 127v ou bivolt; • Softwares e Opcionais Inclusos: Manuais de instalação e do usuário em português; • Cabo de alimentação mínimo 1,5m, em conformidade com a Norma ABNT NBR 14.136:2002 (novo padrão brasileiro); • Cabo VGA; • CD com drivers e arquivos de configuração e licenças de uso caso sejam necessárias; • Maleta para acomodação adequada e transporte do equipamento; Capa de proteção da lente; • Controle Remoto; - Ser compatível com Microsoft Windows XP e sistemas superiores; <p>Garantia: Mínima de 12 meses.</p> <p>Laudos e Certificados:</p> <p>A empresa deve apresentar certificação do produto ofertado de acordo com as normas RoHS ou caso o fabricante tenha aderido à certificação voluntária previstas na Portaria INMETRO nº 170, de 2012, ou comprovação, por qualquer meio válido, notadamente laudo pericial, de que o produto possui segurança, compatibilidade eletromagnética e eficiência energética equivalente àquela necessária para a certificação na forma da Portaria INMETRO nº 170, de 2012.</p> <p>MARCA DE REFERÊNCIA: EPSON ou equivalente, ou similar ou de melhor qualidade (TCU, Acórdão 113/2016 - Plenário).</p>	469920	UNID.	8	(ampla disputa)	R\$ 8.050,63	R\$ 64.405,04
----	---	--------	-------	---	-----------------	--------------	---------------

14	<p>PROJETOR TIPO DATA-SHOW</p> <p>ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Tecnologia: 3LCD • Luminosidade: Brilho colorido e branco de no mínimo 3.600 Lumens para ambientes iluminados; • Taxa de Contraste: 16.000:1 • Resolução: mínima XGA (1024 x 768); • Aspecto: imagem padrão de 4:3; • Resolução suportada: 640 x 480 (VGA), 800 x 600 (SVGA), 1280 x 800 (WXGA), 1280 x 960 (SXGA2), 1280 x 1024 (SXGA3), 1366 x 768 (WXGA60-3), 1400 x 1050 (SXGA+), 1440 x 900 (WXGA+), 1680 x 900 (WXGA++), 1600 x 1200 (UXGA60); • Método de projeção: teto/mesa, frontal/traseiro; • Lentes: Manual, F-N: 1.5 – 1.7 (mínimo); • Foco: - 16 – 20 mm (mínimo); • Zoom: - 1.0 – 1.2 Ótico; • Lâmpada: - Lâmpada com o mínimo de 210 (duzentos e dez) Watts, possuir mecanismo de resfriamento para a proteção da lâmpada, permitindo que o projetor possa ser desligado imediatamente sem a necessidade de espera para ventilação; • Projeção: - Mínima ajustável de 30 (trinta) até 300 (trezentas) polegadas na diagonal; - Distância de projeção: 0,8m a 6 metros; - Correção Keystone horizontal e vertical, ou automática (mínimo +- 30º); - Reprodução de Cor - mínima 30 bits, 1,07 bilhão de cores; • Compatibilidade de vídeo: NTSC / NTSC4.43 / PAL / M-PAL / N-PAL / PAL60 / SECAM; • Painel de Controle: Deverá possuir painel de controle com ajustes na tela através de painel no corpo do projetor; • Controle remoto: Com funções mínimas: power, ajustes, congelar, zoom digital, pg up/down; • Interfaces/Áudio/Rede: Conexão com computadores (PC e Mac); Auto-falante mínimo 2W; - Entradas (mínimo): 1 interface VGA, 1 interface RGB, 1 interface de Composite Vídeo RCA, 1 interface S-Video; 1 interface Microfone, 1 interface HDMI, 1 interface RS-232c; - Conexão USB; - Saídas VGA - Retorno para Monitor (não serão aceitos adaptadores), saída de áudio; - Rede: 1 interface RJ45, entrada USB tipo A e tipo B, RJ45 e, preferencialmente, conexão Wi-Fi; • Alimentação Elétrica: 127v ou bivolt; • Softwares e Opcionais Inclusos: Manuais de instalação e do usuário em português; • Cabo de alimentação mínimo 1,5m, em conformidade com a Norma ABNT NBR 14.136:2002 (novo padrão brasileiro); • Cabo VGA; • CD com drivers e arquivos de configuração e licenças de uso caso sejam necessárias; • Maleta para acomodação adequada e transporte do equipamento; Capa de proteção da lente; • Controle Remoto; - Ser compatível com Microsoft Windows XP e sistemas superiores; <p>Garantia: Mínima de 12 meses.</p> <p>Laudos e Certificados:</p> <p>A empresa deve apresentar certificação do produto ofertado de acordo com as normas RoHS ou caso o fabricante tenha aderido à certificação voluntária previstas na Portaria INMETRO nº 170, de 2012, ou comprovação, por qualquer meio válido, notadamente laudo pericial, de que o produto possui segurança, compatibilidade eletromagnética e eficiência energética equivalente àquela necessária para a certificação na forma da Portaria INMETRO nº 170, de 2012.</p> <p>MARCA DE REFERÊNCIA: EPSON ou equivalente, ou similar ou de melhor qualidade (TCU, Acórdão 113/2016 - Plenário).</p>	469920	UNID.	2 (cota 25%)	R\$ 8.050,63	R\$ 16.101,26
----	---	--------	-------	-----------------	--------------	---------------

15	<p>TELEVISOR 98"</p> <p>ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Característica: SMART TV; • Tecnologia: OLED/QLED/QNED; • Tamanho da Tela: mínimo 98"; • Resolução: 4K (mínimo 3840x2160); • Processador: com IA Tela sem limites, α9, a8, a7 Gen8/Crystal 4K/Vision AI/NQ4 AI Gen2/ Outro compatível que as especificações exigidas; • Idioma do menu: Português; • Conversor Digital Integrado; • 04 (quatro) entradas HDMI (mínimo); • 02 (duas) portas USB (mínimo); • 01 (uma) entrada de RF (antena/cabo); • 01 (uma) entrada conector RJ-45 • Conectividade Bluetooth; • WI-FI Dual band; • Voltagem: bivolt (110/220 volts); • Padrão de fixação VESA; • Acessórios: Manual de Instruções e Instalação em português; Controle Remoto; • Pilhas/baterias; • Pedestal; Parafusos; Cabo de Força e Cabo HDMI (este último se for o caso); • Acessório incluído: Suporte de Parede Padrão VESA compatível com o modelo ofertado; • Garantia mínima: 12 (doze) meses. <p>GARANTIA: 12 (doze) meses, a contar da data do recebimento definitivo.</p> <p>MARCA DE REFERÊNCIA: SAMSUNG/LG ou equivalente, ou similar ou de melhor qualidade (TCU, Acórdão 113/2016 - Plenário)</p>	615212	UNID.	4 (ampla disputa)	R\$ 20.782,24	R\$ 83.128,96
16	<p>TELEVISOR 98"</p> <p>ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Característica: SMART TV; • Tecnologia: OLED/QLED/QNED; • Tamanho da Tela: mínimo 98"; • Resolução: 4K (mínimo 3840x2160); • Processador: com IA Tela sem limites, α9, a8, a7 Gen8/Crystal 4K/Vision AI/NQ4 AI Gen2/ Outro compatível que as especificações exigidas; • Idioma do menu: Português; • Conversor Digital Integrado; • 04 (quatro) entradas HDMI (mínimo); • 02 (duas) portas USB (mínimo); • 01 (uma) entrada de RF (antena/cabo); • 01 (uma) entrada conector RJ-45 • Conectividade Bluetooth; • WI-FI Dual band; • Voltagem: bivolt (110/220 volts); • Padrão de fixação VESA; • Acessórios: Manual de Instruções e Instalação em português; Controle Remoto; • Pilhas/baterias; • Pedestal; Parafusos; Cabo de Força e Cabo HDMI (este último se for o caso); • Acessório incluído: Suporte de Parede Padrão VESA compatível com o modelo ofertado; • Garantia mínima: 12 (doze) meses. <p>GARANTIA: 12 (doze) meses, a contar da data do recebimento definitivo.</p> <p>MARCA DE REFERÊNCIA: SAMSUNG/LG ou equivalente, ou similar ou de melhor qualidade (TCU, Acórdão 113/2016 - Plenário)</p>	615212	UNID.	1 (cota 25%)	R\$ 20.782,24	R\$ 20.782,24
VALOR TOTAL						R\$ 1.114.686,40

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar (ETP), apêndice deste TR.

1.3. Os bens objeto desta contratação não se caracterizam como bem de consumo de luxo, conforme o art. 3º, II, da Resolução TSE nº 23.702, de 9 de junho de 2022.

1.4. O objeto será adjudicado por **item**, conforme definido nos estudos técnicos preliminares.

1.5. Não será admitida adesão à Ata de Registro de Preços por órgãos não participantes.

1.6. O prazo de vigência da contratação será de **180 (cento e oitenta) dias**, contados da assinatura do termo de contrato (quando houver), na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.6.1 O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de **12 (doze) meses**, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço mais vantajoso para a Administração.

1.7. Em caso de divergência entre as especificações constantes do catálogo de materiais (**CATMAT**) e as constantes neste Termo de Referência e seus anexos, prevalecerão as últimas.

1.8. Nos termos do art. 48, I, da LC nº 123/2006, a participação na licitação é restrita a Microempresas e Empresas de Pequeno Porte para os itens **1, 2, 3, 5, 6, 9, 10, 11 e 12**, cujos valores estimados não excedem R\$ 80.000,00.

1.8.1. Para os itens de valor estimado superior a R\$ 80.000,00 foi reservada cota de até 25% do quantitativo para ME/EPP, sendo eles: **Itens 8, 14 e 16**.

1.8.1.1. Não haverá reserva de cota para o **Item 4 (Poltrona Giratória)**, em que pese o valor superior ao limite legal. A medida fundamenta-se na necessidade de padronização (art. 40, V, "a", da Lei nº 14.133/2021) e integridade do mobiliário, visando evitar variações de ergonomia, tonalidade de tecido e acabamentos técnicos que ocorreriam caso o fornecimento fosse fracionado entre fabricantes distintos.

1.9. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação e demais cláusulas obrigatórias.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme detalhamento a seguir:

I) Portaria: 24.352/2025 (2851386)

II) Anexo: III (2835059)

III) Item: item 6

2.3. O planejamento da contratação está alinhado com o Plano de Logística Sustentável - PLS, mais especificamente com o objetivo específico "aprimorar os processos de compras e contratações, promovendo a inserção de critérios socioambientais nos contratos", conforme requisitos contidos na especificação técnica do objeto e nos estudos técnicos preliminares.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos que se baseiam especialmente na Resolução CNJ nº 400/2021, no Plano de Logística Sustentável do TRE/PA e no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Consultoria-Geral da União:

4.1.1. Eficiência Energética (Para equipamentos elétricos e eletrodomésticos)

- **Requisito:** Só será admitida a oferta de equipamentos para os itens **7, 8, 9, e 12** (Televisores, Forno Micro-ondas) que possua a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (ENCE) classe "**A**" vigente, concedida pelo INMETRO, ou selo Procel, conforme regulamentação específica do Programa Brasileiro de Etiquetagem (PBE).
 - Momento de comprovação: **Fase de Aceitação da Proposta** (Licitante provisoriamente classificado).

4.1.2. Origem Florestal e Mobiliário

- Para os itens **4, 5 e 6**, que utilizem madeira ou derivados em sua composição (estruturas de sofás, poltronas ou tampos), o licitante vencedor deverá comprovar a origem legal da matéria-prima mediante a apresentação de **Certificado FSC ou CERFLOR**, em nome do fabricante, no ato da entrega técnica.
- O mobiliário deve ser isento de formaldeído e substâncias atóxicas em seus acabamentos, visando a saúde ocupacional e a qualidade do ar interno.
 - Momento de comprovação: **Fase de Aceitação da Proposta** (Licitante provisoriamente classificado).

4.1.3. Regularidade Ambiental do Fabricante (CTF / IBAMA)

- **Requisito:** Para os itens **3 e 4 (armário em aço e poltrona giratória)**, cuja atividade de fabricação é enquadrada no Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 13/2021, só será admitida a oferta de produto cujo fabricante esteja regularmente registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras (CTF/APP), acompanhado do respectivo Certificado de Regularidade válido.
 - Momento de comprovação: **Fase de Aceitação da Proposta** (Licitante provisoriamente classificado).

4.1.4. Homologação INMETRO (balança e projetor data-show)

- **Requisito:** Só será admitida a oferta de equipamentos para os itens **11, 13 e 14** (balança e data-show) que possua a Homologação pelo INMETRO com selo e lacre e Certificação INMETRO.
 - Momento de comprovação: **Fase de Aceitação da Proposta** (Licitante provisoriamente classificado).

4.1.5. Embalagens e Logística Reversa

- Os bens devem ser entregues em embalagens adequadas, preferencialmente de material reciclável, devendo a Contratada responsabilizar-se pela destinação final ambientalmente adequada das embalagens e dos produtos pós-consumo sujeitos à logística reversa (como eletroeletrônicos, pilhas e lâmpadas).

4.1.6. Critérios Sociais e Vedação a Práticas Discriminatórias

- Na execução do objeto, a Contratada deve adotar práticas que vedem qualquer forma de discriminação (raça, gênero, orientação sexual, religião) e assédio moral ou sexual, sujeitando-se às sanções administrativas em caso de descumprimento.
- É vedada a utilização de mão de obra infantil ou em condições análogas à escravidão na cadeia produtiva do bem ofertado.

Justificativas das Exigências de Sustentabilidade

I. Eficiência Energética (Item 4.1.1)

- **Justificativa:** A exigência da **ENCE Classe "A" ou Selo Procel** visa a redução do consumo de energia elétrica nas unidades do Tribunal, gerando economia direta de recursos públicos (economicidade) ao longo da vida útil do bem. Além disso, equipamentos mais eficientes contribuem para a redução da emissão de gases de efeito estufa, alinhando-se ao princípio da sustentabilidade ambiental e às metas de redução de custos operacionais do Plano de Logística Sustentável (PLS).
- **Fundamento:** Art. 18, §1º, inciso XII da Lei nº 14.133/2021; Decreto nº 10.940/2022.

II. Origem Florestal e Mobiliário (Item 4.1.2)

- **Justificativa (Certificação):** A exigência de certificados **FSC** ou **CERFLOR** para itens que utilizam madeira (sofás, poltronas) assegura a rastreabilidade da matéria-prima, garantindo que o Tribunal não adquira produtos oriundos de desmatamento ilegal ou exploração predatória.
- **Justificativa (Saúde Ocupacional):** A vedação ao formaldeído e substâncias tóxicas protege a saúde dos servidores e colaboradores (saúde ocupacional), evitando a poluição do ar em ambientes internos e reduzindo riscos de doenças respiratórias e alérgicas, conforme diretriz de "Ambiente de Trabalho Saudável" do CNJ.
- **Fundamento:** Guia Nacional de Contratações Sustentáveis (GNCS/AGU - 8ª Ed.); Art. 225 da Constituição Federal.

III. Regularidade Ambiental do Fabricante - CTF/IBAMA (Item 4.1.3)

- **Justificativa:** O registro no **Cadastro Técnico Federal (CTF/APP)** garante que o fabricante do mobiliário e das estruturas de aço opera sob o controle e fiscalização do IBAMA, mitigando o risco de o Tribunal contratar empresas que causem danos ambientais graves ou que não possuam licenciamento para atividades potencialmente poluidoras.
- **Fundamento:** Lei nº 6.938/1981 (Política Nacional do Meio Ambiente); IN IBAMA nº 13/2021.

IV. Embalagens e Logística Reversa (Item 4.1.5)

- **Justificativa:** A atribuição de responsabilidade à Contratada pela destinação das embalagens e resíduos pós-consumo (logística reversa) visa reduzir o volume de lixo enviado a aterros sanitários e fomentar a economia circular. Para o Tribunal, isso gera eficiência operacional, desonerando o setor de limpeza e almoxarifado do manejo de resíduos volumosos.
- **Fundamento:** Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos); GNCS/AGU 8ª Edição (2025).

V. Critérios Sociais e Direitos Humanos (Item 4.1.6)

- **Justificativa:** A Administração Pública tem o dever ético e legal de assegurar que sua cadeia de suprimentos esteja livre de práticas degradantes. A vedação ao trabalho escravo/infantil e o combate à discriminação fortalecem a responsabilidade social das contratações públicas e protegem a reputação institucional do TRE-PA.
- **Fundamento:** Convenções da OIT; Agenda 2030 da ONU (ODS 5, 8 e 10); Art. 170, IV da Constituição Federal.

4.2. Margem de Preferência:

() SIM () NÃO (X) NÃO SE APLICA

4.3. Indicação de marcas ou modelos (Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021):

4.3.1 Na presente contratação há indicação das seguintes marcas de referência, para facilitar a compreensão dos *parâmetros de qualidade e da descrição do objeto*:

Item	Material	Indicação da marca
1	ESCADA DOBRÁVEL	MOR ou equivalente, ou similar ou de melhor qualidade (TCU, Acórdão 113/2016 - Plenário)
2	BEBEDOURO	ESMALTEC ou equivalente, ou similar ou de melhor qualidade (TCU, Acórdão 113/2016 - Plenário)
3	ARMÁRIO AÇO TIPO ROUPEIRO	NILKO ou equivalente, ou similar ou de melhor qualidade (TCU, Acórdão 113/2016 - Plenário)
4	POLTRONA GIRATÓRIA	TOKPLAST ou equivalente, ou similar ou de melhor qualidade (TCU, Acórdão 113/2016 - Plenário)
5	SOFÁ DUPLO - MODELO LE CORBUSIER	RICCA MOBILI ou equivalente, ou similar ou de melhor qualidade (TCU, Acórdão 113/2016 - Plenário)
6	SOFÁ INDIVIDUAL - MODELO LE CORBUSIER	RICCA MOBILI ou equivalente, ou similar ou de melhor qualidade (TCU, Acórdão 113/2016 - Plenário)
7 e 8	TELEVISOR 50"	SAMSUNG/LG ou equivalente, ou similar ou de melhor qualidade (TCU, Acórdão 113/2016 - Plenário)
9	TELEVISOR 65"	SAMSUNG/LG ou equivalente, ou similar ou de melhor qualidade (TCU, Acórdão 113/2016 - Plenário)
10	ANTENA DE TV	AQUÁRIO ou equivalente, ou similar ou de melhor qualidade (TCU, Acórdão 113/2016 - Plenário)
11	BALANÇA PLATAFORMA	TOLEDO, MICHELETTI ou equivalente, ou similar ou de melhor qualidade (TCU, Acórdão 113/2016 - Plenário).
12	FORNO MICRO-ONDAS	ELECTROLUX/MIDEA ou equivalente, ou similar ou de melhor qualidade (TCU, Acórdão 113/2016 - Plenário)
13 e 14	PROJETOR TIPO DATA-SHOW	EPSON ou equivalente, ou similar ou de melhor qualidade (TCU, Acórdão 113/2016 - Plenário)
15 e 16	TELEVISOR 98"	SAMSUNG/LG ou equivalente, ou similar ou de melhor qualidade (TCU, Acórdão 113/2016 - Plenário)

4.3.2. Esclarece-se que tal indicação não se destina a direcionar a aquisição para fornecedor específico, sendo admissível o fornecimento por qualquer outro fabricante que atenda aos mesmos requisitos técnicos e às normas brasileiras. Há, inclusive, possibilidade de variações dimensionais dos móveis a serem adquiridos, conforme informação incluída nas especificações técnicas.

4.3.3. A indicação de marca atende ao disposto na alínea "d" da Lei nº 14.133, de 2021: "quando a descrição do objeto a ser licitado puder ser mais bem compreendida pela identificação de determinada marca ou determinado modelo aptos a servir apenas como referência".

4.4. Da vedação de utilização de marca/produto na execução do objeto

4.4.1. Na presente contratação não haverá vedação de utilização de marca/produto.

4.5. Da exigência de amostra

Não será exigida Amostra.

4.6. Da exigência de carta de solidariedade

Não será exigida carta de solidariedade.

4.7. Da possibilidade de subcontratação

4.7.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.8. Garantia de execução contratual

4.8.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. Condições de Entrega

5.1.1. O prazo de entrega dos bens é de até **45 (quarenta e cinco) dias corridos**, contados a partir do recebimento da Ordem de Fornecimento, conforme modelo (Anexo I), em remessa única.

5.1.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos **5 (cinco) dias** de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.2. Local de entrega

5.2.1 A entrega deverá ocorrer no endereço abaixo:

- DEPÓSITO DE MATERIAIS DO TRIBUNAL - SECOB, localizado à **Rua Municipalidade, 100. Bairro: Reduto - BELÉM-PA.**

5.3. Fixação das rotinas de execução do contrato

5.3.1. A CONTRATADA deverá **agendar a entrega por meio dos telefones (91) 3346 8747 / 3346 8750**, com no mínimo 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, com os servidores da Seção de Controle de Bens Permanentes - SECOB;

5.3.2. A entrega deverá ocorrer **em dias úteis, no horário de 08 às 14 horas**.

5.3.3. Os materiais deverão ser entregues em suas respectivas embalagens originais, com a indicação da marca e validade, bem como, na posição indicada pelo fabricante quando couber, disposta na embalagem ou no próprio material, e na condição de novos;

5.3.4. O transporte do material até o local de entrega é de inteira responsabilidade da CONTRATADA, devendo esta possuir meios próprios para realizar a movimentação.

5.4 Garantia, manutenção e assistência técnica

5.4.1. O prazo de **garantia dos itens 1, 2, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15 e 16** complementar à garantia legal, é de, no mínimo, 12 (doze) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

5.4.2. O prazo de **garantia dos itens 3 e 4** complementar à garantia legal, é de, no mínimo, 5 (cinco) anos, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto..

5.4.2.1. A necessidade de extensão de **garantia de 5 (cinco) anos para os itens 03 e 04** decorre das seguintes justificativas:

- O prazo de garantia o mobiliário especificado é contra defeitos de fabricação, incluindo eventuais avarias durante o transporte até o local de entrega, montagem ou instalação, mesmo após sua aceitação pela unidade gestora da presente aquisição;
- Os bens são altamente duráveis em virtude do material de sua composição, com vida útil, mínima, de 05 (cinco) anos;
- Como nem todos os bens serão usados de imediato, há possibilidade de não identificação do problema no momento do recebimento, apresentando um vício oculto em que a identificação só aparecerá durante o uso/instalação;
- Inclusive, muitas fabricantes dos referidos itens já dispõe de 05 (cinco) anos de garantia para os seus produtos, tendo em vista o tipo de material utilizado e a qualidade empregada nos seus produtos;
- Esta unidade, já passou por casos de vício de fabricação constatado somente na montagem do bem, o que levou a acionar a contratada para realização da manutenção por meio da garantia de 05 (cinco) anos, em virtude da vida útil do material;
- Tais itens tem vida útil de 10 anos, conforme definido pela Receita Federal, com taxa de depreciação de 10% ao ano;
- A garantia dos produtos no prazo mínimo aqui estipulado consiste na prestação, pela contratada, de todas as obrigações estabelecidas no Código de Defesa do Consumidor (e suas alterações), bem como dos encargos previstos à contratada no Edital e seus Anexos. Durante este período, os reparos e substituições decorrentes da garantia deverão ser realizados pela contratada, sem ônus para o contratante.

5.4.3. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

5.4.4. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

5.4.5. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

5.4.6. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

5.4.7. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 30 (trinta) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

5.4.8. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

5.4.9. Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

5.4.10. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

5.4.11. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

5.4.12. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

5.5. Obrigações do contratante e do contratado

5.5.1. As condições de execução e obrigações específicas do objeto estão dispostas no ETP e neste Termo de Referência, especialmente nos tópicos requisitos da contratação, descrição da solução como um todo, modelo de execução do objeto e modelo de gestão do contrato.

5.5.2. O termo de contrato definirá as obrigações gerais da contratação, de acordo com o modelo padronizado e disposições normativas.

6. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

6.1. A presente aquisição não envolve o tratamento de dados pessoais, motivo pelo qual não foram incluídas cláusulas relacionadas.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.3. As comunicações entre o órgão e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.4. O órgão poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento ou instrumento equivalente, o órgão poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

7.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

7.6.1. Considerando que o objeto deste artefato não se trata de um serviço complexo, a fiscalização será concentrada num único fiscal (titular/substituto), não sendo necessárias as figuras de gestor, fiscal técnico e fiscal administrativo.

7.7. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

7.7.1. O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#), e [Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II](#));

7.7.2. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III](#));

7.7.3. O fiscal do contrato informará à autoridade superior, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV](#)).

7.7.3.1. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente à autoridade competente. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V](#)).

7.7.3.2. O fiscal do contrato comunicará à Coordenadoria de Licitações e Contratos, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

7.8. O fiscal do contrato verificará as condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário ([Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

7.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal atuará tempestivamente na solução do problema ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV](#)).

7.9. O fiscal do contrato cuidará da atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV](#)).

7.9.1. O fiscal do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III](#)).

7.9.2. O fiscal tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X](#)).

7.10. O fiscal do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI](#)).

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

8.1. Recebimento do Objeto

8.1.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.1.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **45 (quarenta e cinco) dias**, a contar do recebimento da notificação pela contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.1.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de **10 (dez) dias úteis**, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.1.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até **5 (cinco) dias úteis**.

8.1.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.1.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.1.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.1.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do objeto da contratação nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.2. Liquidação

8.2.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de **dez dias** úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do [art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).

8.2.1.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.2.2. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.2.2.1. o prazo de validade;

8.2.2.2. a data da emissão;

8.2.2.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

8.2.2.4. o período respectivo de execução do contrato;

8.2.2.5. o valor a pagar; e

8.2.2.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.2.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

8.2.4. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.2.5. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.2.6. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

8.2.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.2.8. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

8.2.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

8.3. Prazo de pagamento

8.3.1. O pagamento será efetuado em **parcela única** no prazo de **até 10 (dez) dias úteis** contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022](#).

8.3.2. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização. Fica convencionado que a taxa de atualização financeira, devida pela CONTRATANTE, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga; e

I = Índice de atualização financeira = 0,0001644, assim apurado:

$$I = \frac{(TX/100)}{365}$$

365

$$I = \frac{(6/100)}{365}$$

365

$$I = 0,0001644$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

8.4. Forma de pagamento

8.4.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

8.4.1.1. Em caso de apresentação de Nota Fiscal/Fatura contendo código de barras, o pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Fatura, devendo-se observar a emissão do documento pelo valor líquido, não sendo dispensada a indicação do valor bruto e do valor da retenção tributária.

8.4.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.4.3. Das retenções tributárias:

I. Na ocasião do pagamento, serão efetuadas as seguintes retenções:

I.1. Tributos federais (IR, CSLL, PIS e COFINS) previstos no artigo 64 da Lei nº 9.430, de 27.12.96, e [Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11.01.12](#), enquadrando o objeto da contratação no código 6147 (Mercadorias e bens em geral) da Tabela de Retenção do Anexo I da referida Instrução Normativa, exceto quando se tratar de empresa optante pelo simples nacional, hipótese em que deverá ser apresentada, no ato da assinatura do contrato, a declaração prevista no Anexo IV da mesma Instrução Normativa.

II. Para efeito do disposto no tópico I, a empresa deverá destacar no documento fiscal as alíquotas dos tributos e os correspondentes valores, nos termos da respectiva legislação. Em caso de descumprimento desta determinação, a empresa sofrerá a retenção pelas alíquotas máximas previstas.

III. Na hipótese de ocorrer alteração na norma referenciada no tópico I, será aplicada a retenção correspondente prevista na legislação em vigor.

8.4.4. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8.4.4.1. Para os fins de comprovação de que trata o item anterior, deverá ser apresentada a declaração de que trata o art. 6º da Instrução Normativa nº 1234/2012, em meio físico ou eletrônico assinado por certificação digital (não será aceito simples cópia digitalizada).

9. DO REAJUSTE

9.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em **02/02/2026**.

9.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do CONTRATADO, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo CONTRATANTE, do índice **IPCA**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

9.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

9.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

9.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

9.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

9.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

9.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

10.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

10.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento licitatório, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO GLOBAL POR ITEM.

10.2. Forma de fornecimento

10.2.1. O fornecimento do objeto será integral.

10.3. Exigências de habilitação

10.3.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

10.4. Habilitação jurídica

10.4.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

10.4.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

10.4.3 Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

10.4.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.4.5. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme [Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

10.4.6. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.4.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

10.4.8. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

10.4.9. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

10.5. Habilitação fiscal, social e trabalhista

10.5.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

10.5.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da [Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014](#), do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

10.5.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

10.5.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo [Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#);

10.5.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes *Estadual/Distrital* relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

10.5.6. Prova de regularidade com a **Fazenda Estadual/Distrital** do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

10.5.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos *Estadual/Distrital* relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

10.5.8. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na [Lei Complementar n. 123, de 2006](#), estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

10.6. Qualificação Econômico-Financeira

10.6.1. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação ([art. 5º, inciso II, alínea "c", da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021](#)), ou de sociedade simples;

10.6.2. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#));

10.7. Qualificação Técnica

10.7.1. Nesta contratação não será exigida qualificação técnica, em virtude da simplicidade do objeto.

10.8. Da habilitação das cooperativas

10.8.1. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

10.8.1.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos [arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971](#);

10.8.1.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

- 10.8.1.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;
- 10.8.1.4. O registro previsto na [Lei n. 5.764, de 1971, art. 107](#);
- 10.8.1.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;
- 10.8.1.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação; e
- 10.8.1.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o [art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971](#), ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 11.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 1.114.686,40 (um milhão, cento e quatorze mil seiscentos e oitenta e seis reais e quarenta centavos)**, conforme custos unitários apostos na tabela do **item 1.1**.
- 11.2. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações (art. 25 do Decreto nº 11.462/2023):
- 11.2.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na [alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021](#);
- 11.2.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
- 11.2.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação.

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento ordinário e/ou pleitos da Justiça Eleitoral.
- 12.1.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação:
- I) Gestão/Unidade: **COORDENADORIA DE MATERIAL E PATRIMÔNIO**;
- II) Fonte de Recursos: **INVESTIMENTOS ou PLEITOS**;
- III) Programa de Trabalho/PTRES: **167588**;
- IV) Elemento de Despesa: **449052**;
- V) Plano Interno: **INV MOVEIS / PERMAN**.
- 12.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

13. DO DESCUMPRIMENTO CONTRATUAL E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 13.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

- 13.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I. advertência, exclusivamente pela infração prevista no subitem 13.1, alínea “a”, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

II. impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública Federal direta e indireta, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, pelas infrações previstas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem 13.1;

III. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, pelas infrações previstas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem 13.1, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d” do referido subitem, quando as respectivas infrações justificarem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida na alínea anterior.

IV. Multa:

- 1. moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10% (dez por cento) do valor global da contratação;
 - 2. moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o máximo de 10% (dez por cento) do valor da contratação, pela inobservância do prazo fixado no item 8.1.2 (recebimento em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta).
 - 2.1. o atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção da contratação por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
 - 3. compensatória de até 15% (quinze por cento) sobre o valor global da **Ata de Registro de Preços**, na hipótese de recusa em assinar a **Ata de Registro de Preços**;
 - 4. compensatória de até 15% (quinze por cento) sobre o valor global do **Contrato**, na hipótese de recusa em assinar o **Contrato**;
 - 5. compensatória de até 15% (quinze por cento) sobre o **valor global do Contrato**, na hipótese de recusa em **receber a Ordem de Fornecimento**;
 - 6. compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o **valor global da contratação**, no caso de **inexecução parcial ou total da obrigação** que resulte na rescisão contratual.
 - 7. especial de até 10% (dez por cento) sobre o **valor global da contratação**, no caso de descumprimento de quaisquer obrigações e/ou condições deste Termo de Referência, não previstas nos subitens desta cláusula (13.2).
- 13.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- 13.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- 13.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- 13.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- 13.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do

recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

13.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.9. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
2. as peculiaridades do caso concreto;
3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
4. os danos que dela provierem para o Contratante;
5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.10. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei ([art. 159](#)).

13.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

13.12. A sanção de **declaração de inidoneidade** é de competência do Presidente do TRE-PA.

13.13. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

13.14. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

13.15. Da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento licitar e contratar caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

13.16. O recurso de que trata o subitem acima será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.17. Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

13.18. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14. AVALIAÇÃO QUANTO À NECESSIDADE DE CLASSIFICAÇÃO DO TR, NOS TERMOS DA LEI Nº 12.527/2011 (OBRIGATÓRIO)

Fundamentação: Art. 13 da IN SEGES 58/22 e 91, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

14.1. Considerando não se tratar de licitação cujas informações nele constantes sejam sensíveis e imprescindíveis à segurança da sociedade e do Estado, não há necessidade de se atribuir qualquer tipo de classificação ao presente documento, nos termos dispostos na Lei nº 12.527/2011.

15. LISTA DE APÊNDICES E ANEXOS

⇒ Apêndice I - Estudos Técnicos Preliminares.

⇒ Anexo I - Modelo de Ordem de Fornecimento.

MODELO DE ORDEM DE FORNECIMENTO (ANEXO I)

Senhor representante,

A Sociedade Empresária _____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, com sede na : _____ - CEP: _____, Tel.: _____, E-mail: _____, neste ato representada por _____, está autorizada a fornecer o material abaixo relacionado:

ARP N.º	
PREGÃO N.º	
OBJETO	
EMPENHO N.º	
CONTRATO	XX/XXXX
ENDEREÇO DO LOCAL DA ENTREGA	Seção de Controle de Bens Permanentes - SECOB - Rua Municipalidade, 100. Bairro: Reduto, BELÉM-PA.
RESPONSÁVEIS PELO RECEBIMENTO	_____(Fiscal) - _____(Fiscal substituto) -

Solicito especial atenção, para que seja observada as previsões contidas no Edital nº XX/XXXX e ARP nº XX/XXXX, entre as quais destaco:

- 1) **Prazo de entrega**, após recebimento da presente Ordem de Fornecimento, de até **45 (quarenta e cinco) dias corridos**;
- 2) **Agendamento da entrega**, com no mínimo, **48 (quarenta e oito) horas de antecedência**.
- 3) A entrega deverá ocorrer **em dias úteis, no horário de 08 às 14 horas**.

Item	Material / Especificações	Classe/PDM/Código	U. M.	Qtd.	Valor Unitário	Valor Total
			UNID.		R\$	R\$
ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS:						

Fiscal do Contrato XX/XXXX



Documento assinado eletronicamente por **IZABEL CRISTINA SILVA LOPES, Chefe de Seção**, em 19/02/2026, às 10:07, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ADOLFO GUILHERME PINHEIRO NETTO, Chefe de Seção**, em 19/02/2026, às 10:30, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-pa.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **2935266** e o código CRC **0A88B420**.

0000249-03.2026.6.14.8000

2935266v11